

Afundo por
maniz y
abstém-se um
independente

ACTA 2/2009

-- Aos trinta dias de Abril do ano de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Segunda Sessão Ordinária do ano de dois mil e nove, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Projecto de Regulamento de Funcionamento das Casas de Cultura, Museus, Galerias e Auditórios Municipais; 3) Projecto de Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas Municipais, Arquivo Municipal e Centro de Estudos de História Local; 4) Projecto de Alteração do Regulamento das Feiras do Município de Mafra; 5) AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Alteração dos estatutos; 6) MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E. M., S. A. – Relatório e Contas 2008; 7) AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás – Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2008; 8) Matadouro Regional de Mafra, S. A. – Relatório e Contas do Exercício de 2008; 9) Prestação de Contas do ano económico de 2008; 10) Modificação aos Documentos Previsionais – 1.ª Revisão.-----

-- Passavam oito minutos das vinte e uma horas quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. -----

-- Passou a palavra ao senhor Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada. -----

-- Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início do período antes da Ordem do Dia, referindo que a documentação foi distribuída em CD. Foi colocada à votação a acta número um de dois mil e nove, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com três abstenções do Partido Socialista. -----

-- O senhor Manuel Pimenta interveio dizendo que "a questão que me traz aqui hoje prende-se com a queda dos taludes da A vinte e um sobre a Estrada Nacional cento e dezasseis, nomeadamente entre a rotunda do Juncal e a zona de Alcainça. Gostaria de perguntar ao Executivo qual o teor do relatório que foi efectuado. A que conclusões chegaram? Quais as acções que estão a ser desencadeadas para resolver o assunto? Para quando a sua resolução?" -----

-- A senhora Paula Borges apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Mestre José Franco, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM. Referiu ainda a visita efectuada ao Concelho por Suas Excelências o Primeiro-Ministro e a Ministra da Educação: "o Grupo Municipal do Partido Social Democrata entende que é sua obrigação enfatizar não apenas a visita de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Engenheiro José Sócrates, e Sua Excelência a Ministra da Educação, Doutora Maria de Lurdes Rodrigues, que muito nos honrou, mas, sobretudo, enfatizar os rasgados elogios que nesta ocasião foram proferidos à autêntica revolução que está a ser levada a cabo neste Concelho e que julgo que a todos, sem excepção, nos orgulha. Expressões como «modelo de um trabalho bem feito», «exemplo para o país» e «trabalho determinado, prosseguido e bem executado», que foram proferidas pelo senhor Primeiro-Ministro e secundadas pela senhora Ministra da Educação, não nos colhem a nós surpresa, membros que somos da Assembleia Municipal e que temos acompanhado, de forma privilegiada, a concretização desta aposta e a mudança de paradigma na Educação que tem vindo a ser tenazmente prosseguida por este Executivo. Sendo exuberante a prova nas melhorias das condições educativas que os habitantes de Mafra podem testemunhar, nem por isso é menos reconfortante o reconhecimento público de que foi alvo nesta ocasião este Executivo Camarário. O senhor Primeiro-Ministro reconhecendo, na prática, que a excelência não tem partido, apontou o Concelho de Mafra, e este Executivo em particular, como exemplo a ser seguido por todo o país. Há que dizer, em abono da verdade, que Mafra soube antecipar, em devido tempo, quando delineou e pôs este projecto em marcha, uma necessidade que viria a ser reconhecida pelo próprio Governo, mais

tarde, quando iniciou e deu prioridade a um programa de requalificação do parque escolar a nível nacional. Por ocasião desta visita, foi assinado um protocolo de colaboração com a Direcção Regional de Educação de Lisboa (DREL) e com o Ministério da Educação, visando a construção da escola básica do segundo e terceiro ciclos, num investimento de cerca de cinco milhões de euros, mas cuja execução caberá directamente à Câmara e não mediante administração directa da Administração Central, como vem sendo hábito. Tal traduz, uma vez mais, o reconhecimento por parte da Administração Central do rigor e da capacidade de execução deste Município. Mafra e os mafrenses também neste ambicioso projecto escolar sabem que podem contar com o Executivo. Diariamente, podem constatar que este sonho, que se torna realidade a cada dia que passa, foi concebido a pensar no futuro dos seus filhos, com vista à criação e à promoção da igualdade de oportunidades. Muito ouvimos falar primeiro e pudemos verificar no terreno depois quanto à excelência do projecto de requalificação escolar municipal em curso, pelo que não tenciono maça-los com detalhes quando está à vista de todos esta evidência. O reconhecimento expresso e sem reservas do pioneirismo, qualidade, expressão e extensão do trabalho realizado por este Executivo por parte do senhor Primeiro-Ministro não pôde, contudo, deixar de ser hoje e aqui enaltecido até pelo simbolismo suprapartidário que encerra e que, nessa qualidade, reforça o valor da obra feita como exemplo a ser prosseguido pelo resto do país. Haja para tanto a tenacidade, determinação e capacidade de execução que vem demonstrando o Executivo da Câmara Municipal de Mafra.” -----

-- O Senhor Miguel Ângelo apresentou uma moção sobre os dias vinte e cinco de Abril e um de Maio, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. Referiu ainda uma conferência que se realizou em Lisboa, designada «Desafios para o Futuro. Prevenção Rodoviária em Portugal», “onde esteve presente o especialista do Conselho Europeu de Segurança nos Transportes, Marco Popolizio, que, para além de referir os bons resultados e os bons indicadores que Portugal tem conseguido na redução da sinistralidade no panorama europeu, termina a conferência dizendo que o incentivo aos consumidores para comprarem carros mais seguros deve ser prosseguido, por parte do Governo, e que as autarquias portuguesas deviam seguir o exemplo de Mafra que adoptou um Plano de Segurança Municipal de Segurança Rodoviária. Isto honra-nos porque demonstra que já ultrapassámos fronteiras. Mafra já é conhecida não só pelo aquilo que faz dentro do país, mas até no estrangeiro serve de exemplo.” -----

-- No uso da palavra, a senhora Leonor Coutinho disse que “gostaria de me associar, essencialmente, à homenagem que aqui foi feita a José Franco. Eu era sua amiga, conhecia-o muito bem. Era uma pessoa de quem era impossível não gostar. Lembro-me que quando cheguei a este Concelho ele me ofereceu uma peça e que me disse «seja bem-vinda a este Concelho», isso já foi no início dos anos oitenta. Devo dizer que espero que perdue o espírito da aldeia saloia que ele construiu, mas queria fazer, sobretudo, uma homenagem ao homem bom, ao homem com sentido cívico, ao homem dedicado ao seu trabalho, com um espírito de missão, que acho que é um exemplo para todos. Penso que na sua vida houve um período feliz, acho que a morte da mulher veio marcar um período completamente diferente, mas ele não deixou de ser quem era até ao fim. Portanto, queria-me também associar às palavras de homenagem que lhe foram aqui feitas. Não queria deixar de referir, porque é algo a que também sou muito sensível, a melhoria das condições e das infra-estruturas de Educação aqui no Concelho e em todo o país. Acho que é algo muito importante para Portugal, o futuro dos nossos filhos depende muito da alteração das condições de Educação que têm acontecido recentemente. Felizmente, os nossos filhos têm condições muito melhores do que aquelas que nós tivemos no passado e espero que isso os leve a ter, apesar das crises todas, um futuro melhor.” -----

-- A senhora Isilda Pegado disse que “venho aqui dar notícia do que se passa com o Tribunal de Mafra. Penso que um Estado de Direito não pode funcionar se não tiver um sistema de justiça que seja eficaz e, nessa medida, a preocupação é de todos



nós. É o Tribunal de Mafra que serve o Concelho de Mafra em primeira linha. Como todos sabem, Mafra faz parte da primeira experiência piloto de reestruturação do sistema judiciário, vai ser feita uma reorganização das comarcas do país e Mafra é comarca piloto, juntamente com Sintra e Amadora. Esta situação esteve para acontecer há cerca de um ano, depois esteve para acontecer em Janeiro passado e em finais de Novembro soubemos que, de facto, não iria acontecer e seria transferida para catorze de Abril, o que se veio a verificar. O Tribunal de Mafra está praticamente parado há quase um ano. Dentro deste período em que se aguardava que a reforma fosse implementada, os processos, exceptuando as multas, estiveram, praticamente, sem serem tramitados e, por isso, a situação é muito preocupante. Finalmente, no dia catorze de Abril foi implementado o novo sistema judiciário e o que é que acontece em função desta nova organização? Mafra passa a ficar integrada na grande comarca que é a abrangência destes três Concelhos, que são Amadora, Sintra e Mafra, o tribunal central fica em Sintra e teremos dois tipos de situações: as acções de pequena e média instância, devo dizer que são as acções de valor mais reduzido, serão tramitadas no Tribunal de Mafra; as acções de maior valor ou as acções em processo-crime para crimes mais graves serão os processos remetidos para Sintra. Mafra ficou «despejada» de parte da sua autonomia, em termos de administração da Justiça. Se for em prol de uma eficácia da Justiça, penso que não temos nada a dizer. Neste momento, temos em Mafra três juízes, dois juízes criminais e um juiz cível; temos cerca de mil e duzentos processos pendentes na área cível e três mil e oitocentos na área criminal; e temos uma situação de funcionários relativamente equilibrada para o número de processos que estão pendentes e aqueles que se prevê que venham a entrar a curto prazo. Esta nova organização judiciária tem uma novidade que eu aprecio, e que penso que todos devemos ter alguma esperança nesta situação, que é a nomeação de um juiz presidente dos tribunais e, portanto, passa a haver uma tutela dentro desta orgânica a quem funcionários e juízes, de alguma forma, prestam contas. Temos esperança que este sistema funcione e que ponha o Tribunal de Mafra e os processos de Mafra a serem tramitados mais rapidamente. Devo dizer que o juiz que ficou presidente destes três tribunais é uma pessoa que conhece muito bem a comarca de Mafra e o Concelho de Mafra, foi juiz aqui durante vários anos e, portanto, é, de certeza, uma pessoa que vai estar bastante atenta ao Concelho de Mafra. Neste sentido, e fazendo uma interpretação extensiva da Lei, devo dizer que tive hoje a notícia de que Mafra vai ficar com balcão de atendimento para o Tribunal de Família e Menores, o que era uma das grandes preocupações que tínhamos trazido aqui à Assembleia. A outra situação que também tive hoje conhecimento é que a senhora Juiz Presidente e os senhores Procuradores que estão adstritos a esta área aceitaram fazer atendimento do Ministério Público, isto pode não dizer nada às pessoas que me estão a ouvir, mas isto quer dizer que as pessoas mais pobres que não têm dinheiro para um advogado, ou até conhecimentos para onde se devem dirigir, podem ir ao tribunal, onde lhes é marcada uma entrevista com o Procurador do Ministério Público. Isto é um primeiro passo para que se faça justiça efectiva para aqueles que são mais carenciados. Entretanto, devo referir que se ouvirem dizer que os processos de Mafra estão perdidos entre Mafra e Sintra é um pouco verdade. De facto, verifica-se alguma confusão na atribuição de nova numeração aos processos que foram enviados para Sintra, o Tribunal de Mafra esteve fechado praticamente quinze dias para fazer esse trabalho, mas esperemos que nas próximas semanas a situação se componha e que tenhamos, realmente, a Justiça a funcionar como deve ser. Gostava também de apresentar a esta Assembleia um voto de louvor à canonização de Dom Nuno Álvares Pereira." Este voto de louvor é anexado a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- Relativamente ao falecimento do Mestre José Franco, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou ainda que o Partido Ecologista «Os Verdes» endereçou à Assembleia Municipal um voto de pesar. Não havendo mais inscrições, passou palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra. -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Maria Ministro dos Santos, respondeu dizendo que "relativamente à situação da auto-estrada, na altura houve um deslizamento do talude que estava sustentado por gabiões, deslizamento esse cujas causas finais ainda aguardamos por um relatório final de Engenharia Civil para apuramento de responsabilidades, se bem que tenha sido feito logo um relatório preliminar com a equipa de fiscalização, com a empresa e com o projectista para apurar as responsabilidades. De qualquer forma, enveredou-se logo pelo projecto de reabilitação, no final de Julho estará reposto." -----

-- Passou-se à votação das moções apresentadas. -----

-- A senhora Leonor Coutinho interveio dizendo que "associamo-nos às moções referentes ao Mestre José Franco e ao vinte e cinco de Abril. Relativamente à moção sobre a canonização de Dom Nuno Álvares Pereira, na minha qualidade de não católica não tenho qualquer problema em me associar com imenso gosto a este voto, na medida em que é o reconhecimento de um português, o que eu penso que nos é sempre muito grato, sobretudo um português que foi um exemplo durante a sua vida." -----

-- Prosseguiu-se com a votação das três moções apresentadas, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Encarnação se encontra representado nesta sessão pelo senhor José Lourenço Alves Nascimento; o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Ericeira pela senhora Luciana Gabriel; o Presidente da Junta da Freguesia de Cheleiros pela senhora Ana Isabel Conceição Oliveira Silva; o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Carvoeira pela senhora Dália Batalha; o senhor Joaquim Biancard Cruz pelo senhor Carlos Alberto dos Reis; o senhor Frederico Pedrosa pelo senhor Luís Jorge Leitão; o senhor José Eduardo Nogueira Simões pelo senhor Américo Lourenço; e o senhor Presidente da Junta da Freguesia do Milharado justificou a sua ausência." -----

-- Passou-se ao período da Ordem do Dia, tendo sido introduzido o primeiro ponto referente à informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira. Não se verificando intervenções, prosseguiu-se com o segundo ponto relativo ao projecto de Regulamento de Funcionamento das Casas de Cultura, Museus, Galerias e Auditórios Municipais. Não havendo inscrições para este ponto, passou-se à votação do mesmo, tendo sido aprovado por unanimidade. Relativamente ao terceiro ponto sobre o projecto de Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas Municipais, Arquivo Municipal e Centro de Estudos de História Local, também não se verificaram intervenções, pelo que se prosseguiu com a votação. Este ponto foi aprovado por unanimidade. Deu-se sequência ao período da Ordem do Dia com a introdução do quarto ponto referente ao projecto de alteração do Regulamento das Feiras do Município de Mafra. Colocou-se o ponto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Foi enunciado o ponto número cinco sobre a AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos – Alteração dos estatutos. -----

-- No uso da palavra, a senhora Leonor Coutinho referiu que "a alteração dos estatutos é meramente jurídica. De qualquer modo, gostaria apenas de dizer que nos iremos abster na votação da referida alteração dos estatutos, na medida em que temos muitas dúvidas sobre o modo de funcionamento da AMTRES. Actualmente, têm-se verificado diversos inconvenientes em Trajouce. Relativamente ao nosso centro biodigestor, também ainda não está em funcionamento. No fundo, uma boa parte do lixo tem que ser levada para a Valorsul e penso que, a prazo, a adesão desses municípios à Valorsul é quase inelutável. Estamos nos combates de retaguarda, em vez de termos enveredado desde o início para uma solução, quanto a mim, com mais futuro e que até podia ter tido uma evolução e complementaridade maior. Não quero fazer teoria nenhuma, pretendia só explicar porque é que me vou abster." -----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que "isto não tem nada a ver com o que se está a passar em Trajouce. Aproveito para deixar uma nota de referência. Esse aterro de resíduos domésticos começou antes da Autarquia entrar

na AMTRES. É um problema que tem que ser resolvido, ainda na semana passada tivemos uma reunião com o senhor Secretário de Estado do Ambiente que está também empenhado em solucionar esta questão com a própria CCDR-LVT. Devo referir que não há adesão à Valorsul, vamos fazer uma intermunicipal, que há muito tempo está pensada, para pôr em funcionamento a quarta linha. Este é um processo que já estava a ser pensado há bastante tempo. Para pôr a quarta linha em funcionamento, são necessários os resíduos sólidos de Mafra, Sintra, Cascais e Oeiras. Os excedentes da terceira linha e o que acontece em termos de disponibilidade de resíduos da Resioeste não conseguem alimentar a quarta linha. Neste sentido, aproveitou-se para complementar o tratamento de Trajouce e o biodigestor de Mafra. Portanto, são estas situações que estão conjugadas, a Resioeste, a AMTRES e a Valorsul, para valorização da quarta linha. Estão a ser discutidos todos os estatutos, o relacionamento institucional e dos órgãos sociais da nova intermunicipal. O senhor Secretário de Estado, compreensivamente, disse que ia fazer tudo, ou seja, dar mais impulso à criação desta intermunicipal para acelerar a execução da quarta linha que está a fazer falta à Valorsul, à Resioeste e também aos quatro municípios em complemento desta situação toda. O que vem aqui à Assembleia é o cumprimento da Lei. Antigamente, eram precisos cinco anos, salvo erro, para que qualquer dos sócios da AMTRES pudesse sair e agora passa a três, é evidente que a responsabilidade financeira inerente ao processo de saída terá que se repercutir em quem vai sair." -----

-- Passou-se à votação, tendo este ponto sido aprovado por maioria, com vinte cinco votos a favor, vinte e três do PSD, um da CDU e um Independente; e cinco abstenções. Introduziu-se o sexto ponto relativo à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – Relatório e Contas dois mil e oito. A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido ponto. Prosseguiu-se com o ponto sete sobre a AMAGÁS – Associação de Municípios para o Gás – Relatório de Actividades e Contas do Exercício de dois mil e oito. Não havendo inscrições, a Assembleia tomou conhecimento. Deu-se sequência ao período da Ordem do dia com o oitavo ponto referente ao Matadouro Regional de Mafra, S.A. – Relatório e Contas do Exercício de dois mil e oito. A Assembleia Municipal tomou igualmente conhecimento. Passou-se ao nono ponto denominado por Prestação de Contas do ano económico de dois mil e oito.-----

-- O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Gil Ricardo, que explicou que "fazendo uma breve síntese e focalizando alguns aspectos sobre a prestação de contas do exercício de dois mil e oito, poderia adiantar aqui como introdução alguns pontos de relevo." Sobre o referido assunto, foi efectuada uma apresentação em *PowerPoint*, que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

-- O senhor José Bizarro disse que "quero saudar mais uma vez a transparência e a clarificação que o Executivo presta com esta apresentação, que é a todos os níveis interessante. Relativamente a dois mil e oito, não vale a pena falar da conjuntura, este ano temos a situação financeira internacional adversa, com alguma instabilidade. Em Mafra continua a haver uma prestação de contas, a possível, mas exemplar, face à situação. A execução da receita, como o senhor Vice-Presidente referiu, teve um nível de oitenta e cinco por cento. Nas receitas correntes a cento e sete por cento houve aquela redução derivada das obras e loteamentos que é normal, está relacionada com a actividade económica; e as receitas de capital com a não concretização de algumas vendas. Na despesa temos a execução possível e aqui houve clarividência e coragem para não ir mais além do que aquilo que era possível, por isso é que a execução da despesa ficou nos setenta e sete por cento. As contas em Mafra continuam a ser um exemplo para o resto do país e, por isso, foi possível manter alguns indicadores-chave em níveis bastante interessantes. A liquidez, como foi referido, que é não só importante para o estímulo à economia local, mas também para o que Mafra conseguiu em aplicações financeiras; no endividamento líquido continuamos num nível exemplar. Desta forma, quero só evidenciar mais alguns pontos. Relativamente ao Anuário Financeiro dos Municípios

dois mil e sete, Mafra está em quarto lugar. Pela primeira vez, o Anuário Financeiro já inclui a consolidação das contas das empresas municipais. Há umas Assembleias atrás, quando alguém tentou fazer contas de quanto é que cada munícipe deve se considerarmos as empresas municipais, é importante evidenciar que este Anuário efectuado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, uma entidade independente e credível, já inclui as empresas municipais. Portanto, aquele alarmismo todo é bom que fique aqui referido que não fazia sentido e que era um populismo despropositado. A provar que a execução está no caminho certo e que este Município continua com vitalidade, tivemos a visita do senhor Primeiro-Ministro que os evidenciou. O PSD, face a esta execução global positiva e à eficiente gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, só pode votar favoravelmente. Foi uma execução com maior proximidade aos cidadãos, com maior qualidade do serviço prestado." -----

-- O senhor Manuel Pimenta disse que "esta intervenção fez-me vir aqui referir que, longe de mim de estar a querer comparar o que se passa nas autarquias e nas contas públicas e o que se passou num passado recente no mercado financeiro. Nós vimos as instituições financeiras, as mais credíveis, a apresentar relatórios e indicadores económicos, tudo do bom e do melhor. Quero só deixar este assunto para reflexão." -----

-- A senhora Paula Borges referiu que "também longe de mim comparar a sua comparação com a dos mercados financeiros e muito menos comparar as indicações deste relatório, que são formuladas pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, com agências de *rating*. Convém comparar aquilo que é igual e distinguir aquilo que é diferente. Tratam-se de dados objectivos, não para o futuro, mas com dados de execução de anos anteriores e, portanto, eu tenho um raciocínio um pouco mais conclusivo do que o meu colega e julgo que são, de facto, muito boas notícias a circunstância de estarmos em quarto lugar e em primeiro lugar em muitos desses indícios." -----

-- A senhora Leonor Coutinho acrescentou ainda que "uma vez que as intervenções são várias. É evidente que quem já fez um pouco de contabilidade sabe que esta tem muito de objectivo e de saber fazer a própria contabilidade. Acho que é só isso que se pode mostrar pelos bancos. Isto não quer dizer que o Município não tenha uma situação equilibrada a nível financeiro, é evidente que há aqui uma não realização de capital, que aliás joga nas despesas e nas receitas e, portanto, até se equilibra, mas a nível das receitas correntes, os impostos que nós pagamos, até foi mais do que o que estava previsto. Também soube adaptar a despesa de capital às receitas que tinha. É evidente que há aqui um equilíbrio que é de saudar." -----

-- Deu-se início à votação deste ponto, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor, vinte e três votos a favor do PSD, um da CDU e um Independente; e cinco abstenções do Partido Socialista. -----

-- Prosseguiu-se com o último ponto da Ordem do Dia relativo à Modificação aos Documentos Previsionais – Primeira Revisão. -----

-- No uso da palavra, o senhor Vice-Presidente informou que "esta revisão orçamental prende-se com as situações normais decorrentes do saldo da gerência, vamos fazer a repartição das rubricas e vamos abrir mais três acções que determinam uma solução que foi conjugada com a presença do senhor Primeiro-Ministro, estou a falar da escola básica do segundo e terceiro ciclos; temos a escola do Gradil e a de São Miguel de Alcainça. Foram introduzidas estas acções para criar as soluções para que consigamos finalizar todo o pacote dos complexos escolares que estavam previstos na Carta Educativa." -----

-- Não havendo inscrições, passou-se à votação deste ponto, tendo este sido aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor, vinte e três do PSD, um da CDU e um Independente; e cinco votos de abstenção do Partido Socialista. Concluído o período da Ordem do Dia, iniciou-se o período de intervenção do público. -----

-- A senhora Cidália Maria Duarte Jorge, pertencente ao Movimento de Cidadãos da freguesia do Sobral da Abelheira, disse que "é a terceira intervenção do Movimento

de Cidadãos da freguesia do Sobral da Abelheira nesta Assembleia Municipal e, mais uma vez, nos dirigimos aqui para questionar o digníssimo Executivo desta Câmara em relação à construção da Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância do Sobral da Abelheira, como está previsto em Carta Educativa e prometido em campanha eleitoral. Insistimos numa resposta oficial e concreta quanto à decisão do local e data da construção da nova Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância do Sobral da Abelheira nesta freguesia. As informações dadas através do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Assembleia, aquando da nossa intenção de realizar uma manifestação legal, são contraditórias em relação às informações apresentadas pelos representantes do pelouro da Educação da Câmara Municipal de Mafra à Associação de Pais, a Pais Mafra, que representa os pais e encarregados de educação do Agrupamento de Escolas de Mafra. Esta situação é insustentável quer para a população, quer para os encarregados de educação, quer, principalmente, para as crianças. Seria uma boa oportunidade para aplicar uma política de verdade, conceito que o Partido Social Democrata tem vindo, nos últimos tempos, a enfatizar." -----

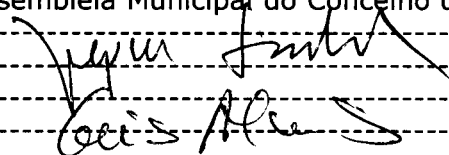
-- Interveio a senhora Luísa Fernandes Pereira referindo que "dirijo-me a esta Assembleia na qualidade de representante dos pais e encarregados de educação do jardim de infância e da turma da escola básica do primeiro ciclo do Sobral da Abelheira. Talvez a minha vinda aqui não seja desconhecida para algumas das pessoas presentes, venho também para construção da nova escola. Gostaria de dizer que, na sua maioria, a população tem duas grandes questões para colocar às entidades responsáveis: para quando e onde uma nova escola na freguesia do Sobral da Abelheira? Queria colocar aqui ênfase no quando, senão, vejamos o que esta escola não tem: não tem uma componente de apoio à família, não há prolongamentos de horário. As crianças que não almoçam em casa são recolhidas por um autocarro que as leva a almoçar a uma outra escola, cerca de dez quilómetros da sua escola. Não temos ginásio e as crianças têm que fazer cerca de quinhentos metros, a pé, para praticarem exercício físico num espaço coberto. Não temos sala de informática, não temos biblioteca e também não temos uma auxiliar de acção educativa para os cerca de quarenta alunos que existem na escola básica do primeiro ciclo. Todavia, a população da freguesia, na sua maioria, não preconiza só a construção de uma nova escola, mas também para a reconstrução do que já existe. Vejamos o exemplo da carta educativa da região de Lisboa, esta apresenta três grandes pontos: por um lado, a construção de novas escolas; por outro, a remodelação e ampliação de escolas já existentes; e um terceiro projecto a que chamaram "Cinco escolas, cinco designers". Foram chamados *designers* de interiores para remodelar escolas antigas, se calhar, semelhantes à do Sobral da Abelheira, mas o edifício base manteve-se exactamente na mesma. A minha vinda aqui tem em vista estabelecer uma ponte, fomentar o diálogo, procurar uma solução conjunta para que todos, em conjunto, possamos falar e não apenas em teoria, mas também pondo em prática tão propalada igualdade de oportunidades. Eu sei, enquanto cidadã, que nós temos direitos, mas também temos deveres. É nosso dever ajudar a Câmara Municipal na procura de uma solução conjunta para resolver este problema." -----

-- Não se verificando mais inscrições, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e nove da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam vinte e sete minutos das vinte e duas horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: senhor Presidente da Junta da Junta da Freguesia do Milharado; o senhor Presidente da Junta da Freguesia da Encarnação, substituído nesta sessão pelo senhor José Lourenço Alves do Nascimento; senhor Presidente da Junta da Freguesia de Cheleiros, substituído nesta sessão pela senhora Ana Isabel da Conceição Oliveira Silva; senhor Presidente da Junta da Freguesia da Ericeira, substituído nesta sessão pela senhora

Luciana Gabriel; senhor Presidente da Junta da Freguesia da Carvoeira, substituído nesta sessão pela senhora Dália Batalha; senhor Joaquim Biancard Cruz, substituído nesta sessão pelo senhor Carlos Alberto Reis; senhor José Eduardo Nogueira Simões, substituído nesta sessão pelo senhor Américo Lourenço; senhor Frederico Pedrosa, substituído nesta sessão pelo senhor Luís Jorge Leitão. Verificaram-se, igualmente, as ausências dos seguintes elementos: senhor Daniel Marchante; senhor Presidente da Junta da Freguesia da Igreja Nova; senhor Presidente da Junta da Freguesia de Santo Isidoro; senhor Presidente da Junta da Freguesia de Vila Franca do Rosário; senhora Olga Pires; senhor Samuel Estêvão; e senhor Presidente da Junta da Freguesia da Venda do Pinheiro. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----


Luís Alves



MOÇÃO

O Grupo Parlamentar Municipal do PPD/PSD submete à votação desta Assembleia a seguinte moção:

Pesar "Voto de ~~louvor~~ a Mestre José Franco"

Foi amplamente difundido pela comunicação social, no passado dia 14 de Abril, o desaparecimento de José Franco, ilustre ceramista e artesão nascido na aldeia do Sobreiro, em Mafra, cujo talento rapidamente galgou as fronteiras do concelho e, mais tarde, do país, espraçando-se pelos quatro cantos do mundo, que outra solução não teve que não fosse render-se à sua arte e, também, porque não dizê-lo, à candura nostálgica que emanava da sua obra.

Falemos, pois, nesta hora de pesar, um pouco da sua vida e obra e da sua percepção – muito à frente do seu tempo, diga-se – do valor social, cultural e económico daquilo que hoje é, até, assumido como um vector estratégico de desenvolvimento concelhio e que se traduz na denominada cultura saloia.

José Franco, nascido no seio de uma família humilde, em que a olaria já desempenhava uma função de subsistência económica, elevou-a à qualidade de arte pura, criando figuras de arte sacra e popular que colheram admiradores por todos os cantos do mundo, do Vaticano a Jorge Amado – cuja amizade e admiração confesas constam, aliás, da sua autobiografia – e reuniu um unanimismo em torno da sua obra que lhe veio a granjear duas condecorações presidenciais, primeiro pelo General Ramalho Eanes e, posteriormente, com a comenda Infante D. Henrique, em 2001, pelo Dr. Jorge Sampaio.

Retornemos, contudo, à obra que fará, seguramente, parte do imaginário infantil ou, pelo menos, familiar, não apenas dos que aqui lhe prestamos homenagem nesta noite, mas também de muitas centenas de milhar de pessoas ao longo de mais de 40 anos a visitaram: a Aldeia Típica Saloia de José Franco, no Sobreiro.

Num registo miniaturista e minimalista, foi laboriosamente construindo um museu vivo que ilustrava de forma soberba as tradições artesanais, usos e costumes da sua terra do início do Sec. XX.

Fazia a delícia dos mais pequenos – espantados que ficavam com as intrincadas representações de bonecos de volta das noras, capela onde se podiam "casar" furtivamente com os seus colegas da escola primária, enquanto os maiores se encontravam entretidos com o delicioso pão com chouriço acabado de fazer. Eram, ainda, muitos os que optavam por observar ao vivo, estarecidos e em silêncio, o Mestre na sua arte.

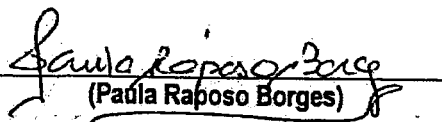
Como não poderia deixar de ser esta representação fiel, autêntica, didáctica e, por isso mesmo, enternecedora, porque nostálgica, de um tempo que ficara, em definitivo, para trás, granjeou a José Franco lugar cimeiro e cativo entre a oferta cultural do Concelho, tendo sido ao longo das últimas décadas destino incontornável de milhares de pessoas que nos visitam.

O seu enorme talento, felizmente reconhecido amplamente e em vida, no concelho, no país e no mundo, só era comparável à enorme humildade, sentido de serviço à comunidade e, porque não reforçá-lo, à visão estratégica que antes de tempo soube por em prática.

Efectivamente conseguiu, em vida, ilustrar pelo seu exemplo e pela obra que nos deixou e que orgulha todos os mafrenses, que é uma enorme mais valia o modo de viver, de trabalhar e de encarar a vida que é própria dos verdadeiros saloios, sendo o seu empenhamento e dedicação a estes valores exemplo que seguramente não será esquecido.

Por tudo isto e, sobretudo pelo muito que fica por dizer porque difícil de adjectivar atendendo à qualidade, extensão e projecção nacional e internacional da sua obra, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal vem submeter à votação esta moção de louvor e manifestar o seu pesar pelo desaparecimento de Mestre José Franco, ilustre artesão deste concelho, solicitando aos serviços camarários seja da mesma, e em caso de aprovação, entregue cópia aos seus familiares enquanto testemunho do merecido reconhecimento por parte desta Assembleia, familiares a quem endereçamos, ainda, as nossas sentidas condolências.

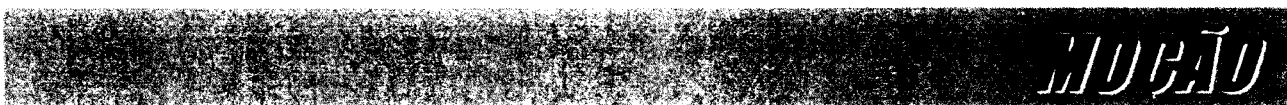
Grupo Municipal do PPD/PSD


(Paula Raposo Borges)



GRUPO MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MAFRA

✓ Aprovado por unanimidade
✓



O Grupo Municipal do PPD/PSD, na Assembleia Municipal de Mafra, submete à votação da Digníssima Assembleia a seguinte moção:

A Assembleia Municipal de Mafra, reunida em sessão ordinária no dia 30 de Abril de 2009, assinala e saúda:

- 1. O 35º Aniversário da revolução de 25 de Abril de 1974, pelos ideais de liberdade, democracia e desenvolvimento que esta data representa para a sociedade portuguesa;**
- 2. O Dia Internacional do Trabalhador, 1º de Maio, que recorda a luta dos operários de Chicago de 1 de Maio de 1886, por uma jornada de trabalho de oito horas e por melhores salários. Nesta altura de crise generalizada, expressamos a nossa particular solidariedade para com todos os trabalhadores desempregados e a todas as famílias que vivem este flagelo.**

Assembleia Municipal de Mafra, 30 de Abril de 2009

Grupo Municipal do PPD/PSD

(Miguel Ângelo da Silva Correia)

MOÇÃO – Voto de louvor

✓ Aprovado em
unanimidade

Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Mafra,

Srs. Deputados Municipais,

J.R.

Proponho um Voto de Louvor à canonização de D. Nuno Álvares Pereira realizada pelo Papa Bento XVI, no passado dia 26 de Abril de 2009, em Roma.

Canonização que se segue às visitas Papais ao Brasil e Angola e do que seguramente resulta uma projecção da lusofonia que nos apraz aqui registar.

D. Nuno Álvares Pereira nasce em Portugal, presumivelmente em Cernache do Bonjardim, em 24 de Junho de 1360 e morre em 1 de Abril de 1431, em Lisboa.

Distinguiu-se no serviço ao rei e à nação e no cuidado dos pobres.

É hoje um Herói e um Santo nacional, proposto como modelo de vida a todo o mundo. De acordo com as palavras do Santo Padre Bento XVI, na homilia de canonização: «Os setenta anos da sua vida situam-se na segunda metade do século XIV e primeira do século XV, que viram esta nação consolidar a sua independência de Castela e estender-se depois pelos Oceanos [...], abrindo novas rotas que haviam de propiciar a chegada do Evangelho de Cristo até aos confins da terra».

A crise de 1383-1385, com o início do reinado de D. João I e a nova geração que lhe sucedeu, deu novo ânimo a Portugal. Quando éramos menos de um milhão de Portugueses fizemos a grande descoberta e o encontro com povos de todos os continentes.

ANEXO TRÊS

Numa situação de crise, Nuno Álvares Pereira respondeu com determinação e liberdade, preocupando-se sempre com os mais carenciados.

Hoje o exemplo do Santo Condestável que em concreto nos é proposto pela Igreja, com a sua elevação aos altares de todo o Mundo, deve ser motivo de coragem, determinação e esperança para todos aqueles que elegeram na sua vida o serviço à política e ao bem-comum. Uma estrada a fazer.

Assim propomos,

- Aprovação deste Voto de Louvor à Canonização de São Nuno de Santa Maria;
- Que na toponímica municipal, no futuro, seja tido em atenção esta figura história portuguesa elevada à universalidade;
- Que se torne público este Voto através dos meios disponíveis no Município.



Isilda Pegado

Mafra, 30 de Abril de 2009



EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2008 PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELAÇÃO RECEITA/DESPESA 2008

	RECEITAS		DESPESAS	
CORRENTES	44.490.991,93	92,21%	30.821.594,56	57,49%
CAPITAL E OUTRA	3.759.461,83	7,79%	22.791.846,64	42,51%
TOTAL GERAL	48.250.453,76		53.613.441,20	
EXECUÇÃO	84,78%		76,78%	

RECEITA - PREVISÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	GRAU EXEC. DAS REC (%)
RECEITA CORRENTE	41.450.805,00	44.490.991,93	107,33%
RECEITA DE CAPITAL	15.315.775,00	3.753.609,39	24,51%
OUTRA		5.852,44	
TOTAL	56.766.580,00	48.250.453,76	85,00%

RECEITA CORRENTE - PREVISÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	GRAU EXEC. DAS REC (%)
IMPOSTOS DIRECTOS	19.915.340,00	20.731.905,50	104,10%
IMPOSTOS INDIRECTOS	2.936.930,00	1.884.738,09	64,17%
TAXAS MULTAS E O. PENALIDADES	5.472.010,00	5.730.523,68	104,72%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	515.350,00	786.489,62	152,61%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.741.345,00	8.720.101,17	112,64%
VENDA DE BENS E SERV. CORRENTES	4.827.015,00	5.793.920,28	120,03%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.815,00	843.313,59	1969,67%
TOTAL	41.450.805,00	44.490.991,93	107,33%

RECEITA DE CAPITAL E OUTRA - PREVISÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	GRAU EXEC. DAS REC (%)
VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	7.352.700,00	411.429,45	5,60%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.963.070,00	2.847.221,79	35,76%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	5,00	494.958,15	
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS		5.852,44	
TOTAL	15.315.775,00	3.759.461,83	24,55%

DESPESA - PREVISÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	DESPESAS PAGAS	GRAU DE EXEC. (%)
DESPESA CORRENTE	29.128.455,00	30.821.594,56	105,81%
DESPESA DE CAPITAL	27.638.125,00	22.791.846,64	82,47%
TOTAL	56.766.580,00	53.613.441,20	94,45%

DESPESA CORRENTE - PREVISÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	DESPESAS PAGAS	GRAU DE EXEC. (%)
PESSOAL	11.068.575,00	10.991.442,39	99,30%
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	13.356.730,00	14.392.332,49	107,75%
JUROS E OUTROS ENCARGOS	484.670,00	485.302,35	100,13%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.762.260,00	3.334.472,45	120,72%
SUBSÍDIOS	100.000,00	500.000,00	500,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.356.220,00	1.118.044,88	82,44%
TOTAL	29.128.455,00	30.821.594,56	105,81%

DESPESA DE CAPITAL - PREVISÃO / EXECUÇÃO

DESIGNAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	DESPESAS PAGAS	GRAU DE EXEC. (%)
AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	22.050.610,00	21.263.256,68	96,43%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	802.000,00	742.299,20	92,56%
PASSIVOS FINANCEIROS	785.265,00	786.290,76	100,13%
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	4.000.250,00	0,00	0,00%
TOTAL	27.638.125,00	22.791.846,64	82,47%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO

GRANDES OPÇÕES DO PLANO	33.761.168,81	100,00%
<u>FUNÇÕES GERAIS</u>	2.505.568,67	7,42%
<u>FUNÇÕES SOCIAIS</u>	17.979.261,31	53,25%
<u>FUNÇÕES ECONÓMICAS</u>	9.479.788,90	28,08%
<u>OUTRAS FUNÇÕES</u>	3.796.549,93	11,25%

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

RESULTADOS OPERACIONAIS

<u>Custos e perdas</u>	44.572.657,14
<u>Proveitos e ganhos</u>	42.441.168,46
RESULTADOS OPERACIONAIS	-2.131.488,68

RESULTADO DO EXERCÍCIO

<u>RESULTADOS OPERACIONAIS</u>	-2.131.488,68
<u>RESULTADOS FINANCEIROS</u>	742.404,09
<u>RESULTADOS CORRENTES</u>	-1.389.084,59
<u>RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</u>	1.435.971,86
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	46.887,27

Handwritten signature or initials in the top right corner.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

- Nos termos do ponto 2.7.3. das Considerações Técnicas do POCAL e face ao resultado positivo, propomos a seguinte aplicação do Resultado Líquido do Exercício:
- Reserva Legal: € 2.344,36;
- Resultados Transitados: € 44.542,91.



OBRIGADO

RECEITA CORRENTE

- GRANDE CONTRIBUTO DOS IMPOSTOS DIRECTOS, DAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO E A VENDA DE BENS E SERVIÇOS;
- VERIFICA-SE UMA QUEBRA NA COBRANÇA DO IMT.



RECEITA DE CAPITAL

A RECEITA DE CAPITAL FICOU AQUÉM DO PREVISTO, PELA NÃO EFECTIVAÇÃO DA RECEITA REFERENTE À ALIENAÇÃO DE BENS DE INVESTIMENTO E ÀS TRANSFERÊNCIAS RELATIVAS A CEDÊNCIAS EM NUMERÁRIO POR OBRAS E LOTEAMENTOS PARTICULARES E POR SOBRECARGA EM INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS.



Handwritten signature or mark in the top right corner.

IMPOSTOS DIRECTOS

- APRESENTA UM DECRÉSCIMO NA ORDEM DOS 10% RELATIVAMENTE A 2007;
- SÃO OS IMPOSTOS IMI, IMT E DERRAMA QUE MAIOR PESO DETÉM.



IMPOSTOS INDIRECTOS

- VERIFICA-SE UM DECRÉSCIMO NA ORDEM DOS 42% RELATIVAMENTE A 2007;
- É A RECEITA DE LOTEAMENTOS E OBRAS QUE DETÉM MAIOR EXPRESSÃO, PESE EMBORA TER-SE VERIFICADO UM DECRÉSCIMO NESTA RECEITA EM 37%.



RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

REFERE-SE ESSENCIALMENTE A JUROS DE CONTAS BANCÁRIAS, REPRESENTANDO CERCA DE 95% DA TOTALIDADE DA RUBRICA.



TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES

VERIFICA-SE UM CRESCIMENTO NA ORDEM DOS 2% RELATIVAMENTE A 2007, SENDO A TARIFA DO AMBIENTE QUE MAIOR PESO DETÉM, REPRESENTANDO CERCA DE 70% DESTA RUBRICA.



✓
6

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- REFERE-SE ESSENCIALMENTE À PARTICIPAÇÃO NOS IMPOSTOS DO ESTADO, QUE REPRESENTAM CERCA DE 96% DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES;
- OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFEREM-SE A TRANSPORTES ESCOLARES, À COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR.



VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

VERIFICA-SE UM CRESCIMENTO DE CERCA DE 8% REALTIVAMENTE A 2007, REFERE-SE ESSENCIALMENTE À COMPARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NOS SERVIÇOS AUXILIARES DE EDUCAÇÃO E TRANSPORTES ESCOLARES, À RENDA DE INFRAESTRUTURAS AFECTAS À ENERGIA ELÉCTRICA E AOS SERVIÇOS DESPORTIVOS.



OUTRAS RECEITAS CORRENTES

- REFERENTE A INDEMNIZAÇÕES RELATIVAS A ACIDENTES DE TRABALHO;
- INDEMNIZAÇÕES POR DANOS PROVOCADOS POR OUTRÉM EM BENS DA AUTARQUIA.



VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO

NA ALIENAÇÃO DE TERRENOS NÃO SE VERIFICOU O PREVISTO, NOMEADAMENTE A ALIENAÇÃO DO TERRENO DO PARQUE E OFICINAS E A PARCELA DE TERRENO AFECTA AO PARQUE DE CAMPISMO DA ERICEIRA.



Handwritten signature or initials in the top right corner.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

- A BAIXA EXECUÇÃO REFLETE A NÃO EFECTIVAÇÃO DA RECEITA REFERENTE ÀS TRANSFERÊNCIAS RELATIVAS A CEDÊNCIAS EM NUMERÁRIO POR OBRAS E LOTEAMENTOS PARTICULARES E DE CANDIDATURAS AO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO DO TURISMO (PIT).
- VERIFICOU-SE A COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO FEDER À OBRA REQUALIFICAÇÃO DA PRAIA DA FOZ DO LIZANDRO.



OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

REFERE-SE À CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS DE SUPERFÍCIE.



REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS

REPOSIÇÕES REFERENTES A DESPESA DE ANOS ANTERIORES.



DESPESA CORRENTE

- AS DESPESAS CORRENTES APRESENTAM UM CRESCIMENTO NA ORDEM DOS 7% RELATIVAMENTE AO ANO DE 2007, SENDO AS DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS QUE MAIOR PESO DETÊM;
- REFEREM-SE ESSENCIALMENTE A SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO, RECOLHA DE RSU, RECOLHA E TRATAMENTO DE EFLUENTES E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.



Handwritten signature or initials in the top right corner.

DESPESA DE CAPITAL

■ **DÁ-SE RELEVÂNCIA AOS INVESTIMENTOS REALIZADOS:**

- REABILITAÇÃO DA PRAIA DA FOZ DO LIZANDRO;
- REQUALIFICAÇÃO DO TERREIRO D. JOÃO V E ZONA ENVOLVENTE;
- REQUALIFICAÇÃO URBANA EM DIVERSAS FREGUESIAS ;
- REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO DE MAFRA.



PESSOAL

OS CUSTOS COM PESSOAL CRESCERAM CERCA DE 7% RELATIVAMENTE A 2007, RESULTADO NÃO SÓ DA ACTUALIZAÇÃO ANUAL DAS REMUNERAÇÕES E ABONOS, MAS TAMBÉM DE NOVAS CONTRATAÇÕES FACE AO AUMENTO DOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS, COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E ACÇÃO SOCIAL.



AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

- VERIFICA-SE UM CRESCIMENTO NA ORDEM DOS 8% RELATIVAMENTE A 2007, REPRESENTANDO CERCA DE 47% DAS DESPESAS CORRENTES;
- A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS REFERE-SE, ENTRE OUTRAS, A RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E TRATAMENTO DE EFLUENTES, SERVIÇO DE REFEIÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E TRANSPORTES ESCOLARES.



JUROS E OUTROS ENCARGOS

- REFEREM-SE A JUROS DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO;
- VERIFICA-SE UM CRESCIMENTO DE CERCA DE 12% RELATIVAMENTE A 2007.



Handwritten signature or initials in the top right corner.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

- REPRESENTAM CERCA DE 11% DAS DESPESAS CORRENTES, VERIFICANDO-SE UM CRESCIMENTO DE 4% RELATIVAMENTE A 2007;
- AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS REFEREM-SE A APOIO AO FUNCIONAMENTO E AINDA DECORRENTES DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS;
- AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS INCLUEM A RECOLHA SELECTIVA, VERIFICANDO-SE UM CRESCIMENTO FACE A 2007;
- AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS INSTITUIÇÕES REFEREM-SE ESSENCIALMENTE A APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DO CONCELHO E AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO E CULTURAL.



SUBSÍDIOS

**REFERE-SE A INDEMNIZAÇÕES
COMPENSATÓRIAS À EMPRESA
MUNICIPAL GIATUL, NO ÂMBITO DO
CONTRATO PROGRAMA.**



OUTRAS DESPESAS CORRENTES

- REPRESENTAM CERCA DE 4% DAS DESPESAS CORRENTES;
- SENDO AS RESTITUIÇÕES DE IMPOSTOS E TAXAS (ESSENCIALMENTE IMT E IMI) QUE MAIOR PESO DETÊM NESTA RUBRICA, REPRESENTANDO 57% DA MESMA.



AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

**REPRESENTAM 93% DAS DESPESAS DE
CAPITAL E SÃO O REFLEXO DAS ACÇÕES
INSCRITAS NO PPI.**



Handwritten signature or initials in the top right corner.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

- APOIO ÀS FREGUESIAS PARA INVESTIMENTO;
- TRANSFERÊNCIA PARA A AMTRES NO ÂMBITO DO AUMENTO DE CAPITAL DA TRATOLIXO;
- APOIO A INSTITUIÇÕES PARTICULARES PARA ACÇÕES DE INVESTIMENTO.



PASSIVOS FINANCEIROS

REPRESENTAM CERCA DE 3% DAS DESPESAS DE CAPITAL E REFEREM-SE A AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DE LONGO PRAZO, VERIFICANDO-SE UM CRESCIMENTO NA ORDEM DOS 5% RELATIVAMENTE A 2007.



OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL

NÃO SE VERIFICOU DESPESA NESTA RUBRICA.



FUNÇÕES GERAIS

- ESTE OBJECTIVO É COMPOSTO PELOS SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICAS;
- AS ACÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS REFEREM-SE A:
 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO E SOFTWARE NA PROSECUÇÃO DOS OBJECTIVOS, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E QUALIDADE;
 - CONCLUSÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DO EDIFÍCIO DA PROTECÇÃO CIVIL, ZONA ENVOLVENTE E HELIPORTO, BEM COMO O SEU APETRECHAMENTO COM EQUIPAMENTOS;
 - CONTINUIDADE NA EXECUÇÃO DOS PLANOS DE EMERGÊNCIA;
 - COOPERAÇÃO E APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DO CONCELHO.



Handwritten mark resembling a stylized 'M' or 'N' with a signature-like flourish.

FUNÇÕES SOCIAIS

- AS ACÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS NESTE GRANDE OBJECTIVO REFEREM-SE A:

- REQUALIFICAÇÃO DO TERREIRO D. JOÃO V E ZONA ENVOLVENTE (URBCOM) E ADAPTAÇÃO À MOBILIDADE/APPLA;
- SISTEMA DE ÁGUAS RESIDUAIS DA MURGEIRA E BARREIRALVA, OBRA EM CURSO;
- CONTINUAÇÃO DAS EMPREITADAS DE REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO CONCELHO;
- REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENTRE O RESERVATÓRIO DA VENDA DO PINHEIRO E MALVEIRA;

(CONTINUAÇÃO)



FUNÇÕES SOCIAIS

(CONTINUAÇÃO)

- SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO NO ÂMBITO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, TRANSPORTES ESCOLARES E ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR;
- REQUALIFICAÇÃO URBANA NAS DIVERSAS FREGUESIAS;
- REDE DE COLECTORES EM DIVERSAS LOCALIDADES;
- RECOLHA E TRATAMENTO DE EFLUENTES E RECOLHA DE RSU E SELECTIVA.



FUNÇÕES ECONÓMICAS

- NESTE OBJECTIVO DESTACA-SE O TURISMO QUE NO ÂMBITO DO POOC PROMOVE AS ACÇÕES:

- REABILITAÇÃO DOS APOIOS DE PRAIA;
- ARRANJO PAISAGÍSTICO DAS ZONAS BALNEARES, DESTACANDO-SE A REABILITAÇÃO DA PRAIA DA FOZ DO LIZANDRO;

- ARRUAMENTOS EM DIVERSAS POVOAÇÕES E CONSERVAÇÃO DE VIAS .



OUTRAS FUNÇÕES

- DESTACA-SE AS TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA NO ÂMBITO DOS PROTOCOLOS CELEBRADOS E NO APOIO ANUAL CONCEDIDO PARA ACTIVIDADES E INVESTIMENTO;
- NAS OPERAÇÕES DA DÍVIDA DA AUTARQUIA, REFEREM-SE AS AMORTIZAÇÕES E JUROS DEVIDOS PELOS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS A MÉDIO E LONGO PRAZO.



✓
d

CUSTOS E PERDAS

- COMO REFLEXO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA, SÃO OS CUSTOS COM A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E AS DESPESAS COM O PESSOAL QUE MAIS CONTRIBUEM PARA OS CUSTOS REFLECTIDOS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS;
- AS AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO NÃO SE INCORPORAM NO ORÇAMENTO MUNICIPAL, POR NÃO CONSTITUIR UM FLUXO FINANCEIRO, NO ENTANTO, REPRESENTAM CERCA DE 30% DOS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS.



PROVEITOS E GANHOS

- OS IMPOSTOS E TAXAS REPRESENTAM CERCA DE 64% DOS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS, VERIFICANDO-SE UM DECRÉSCIMO DE CERCA DE 14% RELATIVAMENTE AO ANO 2007;
- AS TRANSFERÊNCIAS REPRESENTAM CERCA DE 24% E A VENDA DE SERVIÇOS 12% DOS MESMOS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS.



RESULTADOS FINANCEIROS

- PARA ESTE RESULTADO CONTRIBUÍRAM NÃO SÓ OS JUROS DE DEPÓSITOS, MAS TAMBÉM A CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS DE SUPERFÍCIE;
- PARA OS CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS CONTRIBUÍRAM ESSENCIALMENTE OS JUROS DE EMPRÉSTIMOS.



RESULTADOS CORRENTES

SOMATÓRIO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS COM OS RESULTADOS FINANCEIROS.



Handwritten signature or mark in the top right corner.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

PARA OS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS CONTRIBUÍRAM;

- AQUISIÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE TERRENOS A AFECTAR À VIA MUNICIPAL PRINCIPAL SENDO OBJECTO DE CONTRAPARTIDA EM REDUÇÃO DE PROVISÃO CONSTITUÍDA NO EXERCÍCIO DE 2007;
- INDEMNIZAÇÃO PAGA PELA SOMIPEDRA;
- RECONHECIMENTO DA QUOTA PARTE DE PROVEITOS CONSIDERADOS DIFERIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES REFERENTES A SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO.



RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

SOMATÓRIO DOS RESULTADOS CORRENTES COM OS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS.



APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração que o valor contabilístico da conta 51 «Património» é superior a 20% do Activo Líquido, a proposta é efectuada no sentido de se constituir como reforço anual da conta 571 «Reservas Legais» o valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.



RESULTADOS OPERACIONAIS

- DIFERENÇA ENTRE OS PROVEITOS E OS CUSTOS, ESTES APRESENTAM-SE SUPERIORES AOS PRIMEIROS ESSENCIALMENTE POR:

□ QUEBRA VERIFICADA NOS IMPOSTOS E TAXAS DE €4.311.343;

□ CRESCIMENTO NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE €2.071.295;

□ CRESCIMENTO NAS AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO EM 1.058.734.



✓

RESULTADOS OPERACIONAIS

- **DIFERENÇA ENTRE OS PROVEITOS E OS CUSTOS, ESTES APRESENTAM-SE SUPERIORES AOS PRIMEIROS ESSENCIALMENTE POR:**

- ☐ **QUEBRA VERIFICADA NOS IMPOSTOS E TAXAS DE €4.311.343;**

- ☐ **CRESCIMENTO NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE €2.071.295;**

- ☐ **CRESCIMENTO NAS AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO EM 1.058.734.**

